

---

## O NOVO RURAL BRASILEIRO: DINÂMICAS SOCIOESPACIAIS E SEUS PLANEJAMENTOS

Marcos Antonio Cavalcante de **OLIVEIRA JÚNIOR**

Mestrando do Programa de Mestrado Profissional em Análise e Planejamento Espacial –  
MAPEPROF/IFPI. Professor do Eixo Gestão e Negócios do Instituto Federal de Educação,  
Ciência e Tecnologia do Piauí - IFPI

E-mail: marcos.cavalcante@ifpi.edu.br; <https://orcid.org/0000-0003-0630-4913>

Paulo Henrique de Carvalho **BUENO**

Doutor em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Piauí – UFPI, Professor do  
Programa de Mestrado Profissional em Análise e Planejamento Espacial – MAPEPROF/IFPI

E-mail: paulo.bueno@ifpi.edu.br; <https://Orcid.org/0000-0003-3118-3834>

Glairton Cardoso **ROCHA**

Doutor em Geografia pela Universidade Estadual Paulista - UNESP/Rio Claro, Coordenador e  
Professor do Programa de Mestrado Profissional em Análise e Planejamento Espacial –  
MAPEPROF/IFPI

E-mail: glairtongeo@ifpi.edu.br; <https://Orcid.org/0000-0002-1706-7338>

Histórico do Artigo:

*Recebido*

*Maio de 2021*

*Aceito*

*Junho de 2021*

*Publicado*

*Julho 2021*

---

---

---

**RESUMO:** Esse artigo examina as dinâmicas socioespaciais presentes no novo rural brasileiro, em especial o periurbano, e como esses espaços são postos nos planejamentos municipais. Para tanto, se fez uma revisão bibliográfica de produções acadêmicas indexadas nas bases de dados on-line *SciELO* e *Google Acadêmico* que versam sobre as transformações, nas formas e conteúdos do rural, bem como as ações de planejamento desses espaços, ocorridas entre 2009 e 2019. As investigações apontam que esse novo rural se apresenta cada vez mais interligado ao urbano, multifuncional, heterogêneo e dinâmico. Em relação aos planejamentos municipais, entretanto, revelou-se que não contemplam esse novo rural em sua totalidade, mesmo com modificações significativas nas diretrizes para o planejamento urbano brasileiro, com a instituição do Estatuto da Cidade (Lei 10257/2001). Logo, diversos são os

desafios para o entendimento e a concepção do rural atual como um lugar de heterogeneidades, indissociável do urbano e passível de ser pensado nos planos de gestão municipais.

**Palavras-chaves:** Planejamento urbano e rural. Novo Rural. Ruralidades.

## **THE NEW BRAZILIAN RURAL: SOCIO-SPATIAL DYNAMICS AND ITS PLANNING**

**ABSTRACT:** The objective of the present article is to examine the socio-spatial dynamics present in the new Brazilian rural, particularly the peri-urban, and how these spaces are placed in municipal planning. For this purpose, a bibliographic review of academic productions indexed in the online databases SciELO and Google Academic was carried out, which deal with the transformations in the forms and contents of rural areas, as well as the planning actions of these spaces, occurred between 2009 and 2019. Investigations show that this new rural area is increasingly interconnected to the urban, multifunctional, heterogeneous and dynamic. Regarding municipal planning, however, it was revealed that they do not contemplate this new rural area in its entirety, even with significant changes in the guidelines for Brazilian urban planning with the establishing of the City Statute (Law 10257/2001). Thus, there are several challenges for the understanding and conception of the current rural as a place of heterogeneity, inseparable from the urban and capable of being considered in the municipal management plans.

**Keywords:** Urban and rural planning. New Rural. Ruralities.

## **EL NUEVO RURAL BRASILEÑO: DINÁMICA SOCIOESPACIAL Y SU PLANIFICACIÓN**

**RESUMEN:** El objetivo es examinar la dinámica socioespacial presente en el nuevo rural brasileño, particularmente el periurbano, y cómo estos espacios se ubican en la planificación municipal. Para ello, se realiza una revisión bibliográfica de producciones académicas indexadas en las bases de datos online SciELO y Google Scholar, que abordan las transformaciones en las formas y contenidos del campo, así como las acciones de planificación de estos espacios, ubicados temporalmente entre 2009 y 2019. Las investigaciones muestran que esta nueva zona rural está cada vez más interconectada con lo urbano, multifuncional, heterogénea y dinámica. En cuanto a la planificación municipal, sin embargo, se reveló que no contemplan esta nueva área rural en su totalidad, incluso con cambios significativos en los lineamientos para la planificación urbana brasileña con la institución del Estatuto de la Ciudad (Ley 10257/2001). Así, existen varios desafíos para la comprensión y concepción del rural actual como un lugar de heterogeneidades, inseparable de lo urbano y susceptible de ser considerado en los planes de gestión municipales.

**Palabras-clave:** Planeamiento urbano y rural. Nuevo rural. Ruralidades.

## INTRODUÇÃO

Ao buscar compreender a urbanização brasileira se faz necessário relacioná-la ao processo de modernização do campo – entendida como a tecnificação do espaço rural que dinamiza a (re)produção da díade forma-conteúdo (SANTOS, 2008) – e, conseqüentemente, do próprio território nacional. Esse processo inscreveu características relevantes na sociedade urbana, como, por exemplo, o aumento do trabalho intelectual, que amplifica o processo de terceirização, o incremento no consumo e a incorporação da ciência e da informação ao rural (SANTOS, 1993).

Essas interpenetrações entre o urbano e o rural promovem (re)arranjos espaciais em que “as ruralidades se desenvolvem, também, nos espaços urbanos e as urbanidades podem se desenvolver nos espaços rurais” (MARAFON, 2014, p. 6). Com isso, pode-se dizer que, na atualidade, as regiões agrícolas contêm cidades e urbanidades, e as regiões urbanas contêm atividades rurais e ruralidades, o que configura um novo rural brasileiro.

Na verdade, essa realidade urbana e rural brasileira, produzida ao longo dos anos, tem sido alvo discursivo de campos disciplinares distintos, o que evidencia seu caráter multifacetado. Nesse sentido, objetiva-se, a partir de revisão bibliográfica, examinar as dinâmicas socioespaciais presentes no novo rural brasileiro, em especial o periurbano, e como esses espaços são postos nos planejamentos municipais.

Desde a década de 1930, afirma Villaça (1999), o espaço urbano tem sido alvo de processos de planejamento nos municípios brasileiros, com destaque para o perímetro urbano e para o desenvolvimento de políticas associadas à urbanização das cidades. Entretanto, esses documentos pouco enfatizavam ações públicas com vistas a uma melhor gestão do uso e ocupação nas zonas rurais municipais.

Nos dias atuais, com base na literatura disponível sobre o tema, discutir sobre o rural no processo de planejamento dos municípios tem provocado mudanças na instrumentalização e aplicação de políticas públicas locais e regionais, posto que visam garantir o desenvolvimento das comunidades locais nas zonas urbanas e rurais dos municípios. Além disso, essas políticas dão suporte ao desenvolvimento de outras atividades que influenciam a dinâmica territorial do rural e valorização de outras funções socioambientais, como atividades de produção e lazer.

## **METODOLOGIA DA PESQUISA**

Trata-se de uma pesquisa bibliográfica em que foram utilizadas as bases de dados on-line *SciELO* e *Google Acadêmico*. De início, foram realizadas buscas sobre a produção do conhecimento, referente às dinâmicas socioespaciais presentes no novo rural brasileiro, em especial o periurbano, e como esses espaços são postos nos planejamentos municipais. Nesse intento, a utilização de palavras-chaves como “rural e urbano”, “plano diretor”, “uso e ocupação do solo” e “novo rural” permitiu a identificação de cinquenta e quatro escritos acadêmicos. Foi realizada uma nova busca, inserindo o termo “planejamento”, contudo, o quantitativo de resultados diminuiu para cinquenta e dois resultados, optando-se, assim, por utilizar a primeira análise. De posse desse material, foram considerados os títulos e resumos das pesquisas para a seleção ampla de prováveis trabalhos de interesse, analisando-se, assim, primeiro os resumos (dos que não tinham texto acessível) e, posteriormente, os textos completos dos trabalhos.

Deste modo, os critérios de inclusão consistiram em textos que abordavam discussões sobre as dinâmicas socioespaciais, no novo rural e seus planejamentos, publicados entre 2009 e 2019. Assim, na fase seguinte, após a análise detalhada e fichamento de todas as publicações, foram selecionados quatorze artigos que abordavam, em seus escritos, discussões dinâmicas socioespaciais no novo rural e seus planejamentos, sendo estes organizados em fichas e uma síntese de cada estudo com o intuito de apreender as concepções pretendidas com o desenvolvimento da pesquisa e que relacionam o planejamento e o desenvolvimento do espaço rural.

Não foram incluídos na pesquisa artigos da literatura internacional, pois se objetivou revisar a temática no contexto brasileiro. A compilação desse material está expressa no Quadro 1, o qual apresenta a lista dos trabalhos selecionados, autores e ano de publicação, utilizados na construção e desenvolvimento da pesquisa.

Quadro 1 - Artigos selecionados para o estudo

ORDEM	AUTOR E ANO	TÍTULO DO ARTIGO
1	Bezerra, J. A.; Silva, C. N. M. (2018)	Entre o Rural e o Urbano Interiorizado
2	Mesquita, A. P. et al. (2018)	O município e o planejamento para além do perímetro urbano: o rural e os distritos rurais do Sul Goiano
3	Travassos, L.; Portes, B. (2018)	Rural metropolitano: caracterização e regulação na região metropolitana de São Paulo (Brasil)
4	Alves, A. T. (2017)	Da terra de plantação à terra de lazer: metamorfoses do rural em Sangradouro-Araranguá/SC
5	Dantas, L. D. M. (2017)	CHACREAMENTOS RURAIS: Contradições entre a legislação do parcelamento do solo rural e a propriedade
6	Lage, S. D. (2017)	O planejamento urbano para além da oposição urbano-rural: perspectivas e desafios para a consolidação no Brasil de sistemas e práticas integrados de planejamento territorial
7	Prudente, L. T. (2017)	Interface rural-urbana: contribuições para o planejamento territorial no Brasil: caso do assentamento rural Marapicu na região metropolitana do Rio de Janeiro
8	Zanela, E. B. et al. (2017)	A relação entre o rural e o urbano na região metropolitana de Porto Alegre: um estudo com ênfase na abordagem territorial
9	Silva, C. M. G. (2014)	Habitação rural: uma luta por cidadania
10	Oliveira, C. R. (2011)	O Rural nos Planos Diretores Pós-Estatuto da Cidade: O caso do Rio Grande do Sul
11	Silva, M. N. S. da. (2011)	O Rural e o Urbano: Quantas questões!
12	Ferreira, D. A. de O. (2011)	Estudos agrários: a complexidade do rural contemporâneo
13	Silva, A. B. (2010)	Dilemas dos Produtores de uma Área Periurbana: Um debate acerca da Franja Rural - Urbana de Aldeia-PE
14	Miranda, L. I. B. (2009)	Planejamento em áreas de transição rural-urbana: velhas novidades em novos territórios

Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Os títulos das pesquisas, evidenciadas no Quadro 1, indicam que nove discutem as transformações ocorridas no rural brasileiro e suas nuances, e cinco refletem sobre planejamentos voltados para esses espaços. Com efeito, em um primeiro olhar, verifica-se a diversidade de objetos de estudos postos em relevo para que se analisem as novas dinâmicas entre os espaços urbanos e rurais, bem como as políticas públicas formuladas para estes. Neste sentido, ao compreender que a seleção listada não contempla em sua totalidade as discussões da temática, far-se-á uso de outras autorias, guardadas suas particularidades, para complementar o exame analítico de como as dinâmicas atuais promovem um novo rural e como este tem sido refletido nos planejamentos municipais brasileiros.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Atualmente, a discussão quanto ao novo rural resulta, principalmente, da integração cada vez maior das atividades e necessidades entre o rural e o urbano, uma vez que o primeiro não se caracteriza apenas como provedor de produtos e insumos que abastecem a vida das cidades e consumidor de serviços e equipamentos fornecidos pelas urbes. Na verdade, esse novo rural aparece como espaço de pluriatividade e multifuncionalidade, porém com maior proximidade das dinâmicas da natureza (SILVA, 1997). Diversas pesquisas investigam esse (re)arranjo espacial sob diversos focos analíticos, os quais vão desde caracterizações sociais, econômicas, políticas e culturais até os mecanismos de inclusão desses lugares nos planejamentos municipais.

As dialéticas entre o urbano e rural produziram novas funcionalidades, as quais se expressam socialmente sob diversas formas. Há algumas décadas, discute-se sobre esse novo rural e suas formas de apresentação ou de expressão social. Autores como Silva *et al.* (2002) relatam que esse novo rural é composto de três grandes grupos de atividades: 1) Agropecuária moderna, baseada em *commodities*; 2) Diversidade de atividades não agrícolas ligadas à indústria, à prestação de serviços, à moradia e ao lazer; 3) novas atividades agropecuárias impulsionadas por novos nichos de mercado.

A variedade de atividades econômicas realizadas nesse novo rural permite novas interações espaciais com o urbano, fato que dificulta a distinção e caracterização desses espaços, posto que, se antes admitia-se uma descontinuidade entre eles, na atualidade se densificaram suas interrelações (SALES; RODRIGUES, 2019). Enfim, essa configuração atual apresenta características e formas de expressão que evidenciam essas novas dinâmicas, conforme exposto no Quadro 2.

Quadro 2 - Expressões das ruralidades e do novo rural.

Características	Forma de expressão
Uso da terra para o lazer	Aumento no número de chácaras e sítios
Uso da terra para o turismo	Crescimento do agroturismo e de atividades, empreendimentos e serviços relacionadas ao turismo ecológico e rural
Aumento da mecanização da produção agrícola	Novas tecnologias inseridas no campo, através de máquinas e insumos agrícolas modernos e novas atividades e relações de trabalho no setor agrícola
Urbanização das pequenas e médias cidades	Novos serviços na zona rural (como bancos, universidades, indústrias e outros serviços públicos e privados)
Novas moradias	Moradias com acesso a serviços públicos de água e energia, acesso à internet, construções de alvenaria e melhores condições de saneamento básico no campo
Acesso mais rápido às cidades	Construção de estradas e campo mais próximo à cidade pelo processo de urbanização das pequenas e médias cidades além de um maior acesso aos transportes públicos
Forte presença ainda da agricultura familiar	Porém com o aumento da produção, o excedente desta é destinado principalmente às cidades ou centros urbanos, cada vez mais próximos ao campo

Fonte: Dados da pesquisa (2020).

As formas e conteúdos espaciais presentes no rural atual dinamizam toda a sua (re)produção espacial que enseja novas compreensões. Nessa direção, Travassos e Ferreira (2016) afirmam que, desde a década de 1920, o rural passou a ser considerado por muitos como sinônimo de atraso. Com isso, as cidades passaram ao longo do tempo a reduzir suas zonas rurais, em que um de seus reflexos consistiu na adoção de políticas públicas municipais voltadas a atender basicamente as demandas das áreas urbanas. Ao analisar o periurbano na região metropolitana de São Paulo, Travassos e Ferreira (2016) concluem que, apesar de grande parte desta área ser periurbana, as políticas públicas setoriais dos municípios que a integram não estão instrumentalizadas para tratar das questões do periurbano, visto que,

historicamente, as políticas públicas têm sido voltadas para planejar ações e investimentos em áreas urbanas em detrimento do rural.

Em relação às políticas públicas e suas reverberações nos espaços rurais, Travassos e Ferreira (2016) sugerem a necessidade de entendimento do que sejam tais ações. Nessa direção, conforme Melazzo (2010), o ciclo das Políticas Públicas (formulação, implementação e avaliação) evidencia suas complexidades nas práticas de planejamento e gestão espacial ao compreender que políticas públicas consistem em:

[...] conjuntos de decisões e ações destinadas à resolução de problemas políticos, envolvendo procedimentos formais, informais e técnicos que expressam relações de poder e que se destinam à resolução de conflitos quanto a direitos de grupos e segmentos sociais ou como o espaço em que são disputadas diferentes concepções a respeito da formulação e implementação de direitos sociais, bem como sua extensão a diferentes grupos sociais (MELAZZO, 2010, p. 19).

As reflexões de Melazzo (2010) põem em relevo o caráter multifacetado das políticas públicas desde sua formulação até sua avaliação, além de evidenciar sua historicidade e espacialidade. Nesse sentido, não se pode afirmar que não há ou não houve no Brasil políticas públicas voltadas para o rural, considerando-se que grandes propriedades rurais, já há algum tempo, contam com políticas públicas, sobretudo ao longo do século XX. A criação de programas como o Programa Nacional do Alcool - Pró-Alcool em 1970, a inserção e ampliação do crédito rural nos anos 1960 e anos subsequentes, a criação de institutos de pesquisa no começo do século XX, como o Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA) e depois a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) deixam claro que há instrumentos que viabilizam a aplicação e desenvolvimento de políticas públicas no espaço rural, mas que se pode afirmar que o quantitativo destes instrumentos são infinitamente inferiores, quando comparados aos programas e investimentos realizados no espaço urbano no mesmo período de tempo.

Bezerra e Silva (2018) examinam as desigualdades regionais a partir da compreensão das novas mudanças no território e nas relações campo-cidade. Por sua vez, no novo espaço urbano-rural têm surgido diversos novos usos do território, assim como novas formas de habitação, as quais resultam do processo de expansão urbana, em que as áreas rurais adquirem características das cidades, fomentando a necessidade de novos arranjos espaciais, o que conduz a múltiplas territorialidades. Concluem também que a construção conceitual do território se trata de um desafio para a Geografia, tendo-se em vista esses novos desdobramentos e as novas relações entre urbano e rural. Assim, diante da atual configuração



do processo de urbanização e de uso, ocupação e apropriação do território, não se pode pensar no espaço urbano e rural de forma isolada e independente.

Com o intento de aprofundar o debate acerca do conceito de território, Bezerra e Silva (2018) propõem sua utilização em uma perspectiva de desenvolvimento, em que este é considerado uma variável nas políticas de intervenção sobre o espaço, uma vez que compreende que as políticas territoriais se apresentam como mecanismos produtores e modificadores do espaço urbano-rural, enfim como dinamizadoras da díade forma - conteúdo (SANTOS, 2008). Esse raciocínio é relevante quando se analisam os impactos das políticas públicas em função da implementação dessas ações estatais na realidade brasileira, e se verifica que a maioria delas se volta ao desenvolvimento do espaço urbano e apresenta diferenças significativas entre as políticas públicas nas diferentes esferas governamentais. Com isso, essas políticas não consideram as diferenças e heterogeneidades dos territórios, tampouco se observa integração entre os agentes que participam deste processo.

As reflexões de Bezerra e Silva (2018) permitem, ainda, vislumbrar o papel do Plano Diretor municipal como um importante instrumento para o desenvolvimento de políticas públicas e de planejamento territorial. Porém, a realidade dos municípios brasileiros faz com que uma parcela significativa destes não consiga sequer construir o Plano Diretor local, desperdiçando, portanto, um instrumento de planejamento que visa cumprir o papel social da forma como foi pensado.

Na verdade, essa realidade já era constatada, como indicam as pesquisas de Santos Júnior *et al.* (2011). Esses autores examinaram as dificuldades enfrentadas pelos municípios em instrumentalizar e implementar seus planos diretores, os quais, a partir da instituição do Estatuto da Cidade em 2001 - Lei 10.257/2001 (BRASIL, 2001), passaram a abranger todo o território municipal, englobando, assim, o rural e não somente o espaço urbanizado.

Mesquita (2018) investiga como as áreas rurais são abordadas nos Planos Diretores municipais pós-Estatuto da Cidade com o objetivo de revelar a importância do planejamento do rural para os municípios. Argumenta que, apesar de todo o aparato normativo legal, ainda é incipiente a prática do planejamento rural nos planos municipais, principalmente em razão da inexperiência, dificuldade do município e de seus planejadores em pensar no rural e não somente no perímetro urbano. Aponta, ainda, o preconceito, a visão do rural atrasado e o viés político presente nas decisões na elaboração dos Planos Diretores municipais. Diante disso, conclui que este se apresenta quase inexistente quanto à atenção que os governos destinam às zonas rurais e que ainda há muito a avançar em relação ao ordenamento municipal que possibilite oportunidades e desenvolvimento de forma congruente entre urbano e rural.

As conclusões de Mesquita (2018) são fundamentadas em sua contextualização da evolução do planejamento territorial no Brasil e a inserção do rural no contexto do planejamento municipal. Nessa linha de raciocínio, conceitua planejamento, aponta a evolução histórica e apresenta como marco do planejamento urbano no Brasil o ano de 1875. Os escritos indicam que os primeiros planos brasileiros trouxeram características de embelezamento urbano, de outros países, como o plano francês, por exemplo. Destaca-se ainda a preocupação brasileira em abandonar o passado rural e transformar as cidades com vistas a sua modernização.

As discussões sobre o planejamento urbano brasileiro passam por diferentes momentos de regulamentação jurídica, em que uma das últimas se centraram na criação do Estatuto da Cidade, através da Lei 10.257/2001, o qual aponta o Plano Diretor como instrumento básico da política de expansão e desenvolvimento urbano nacional, o Plano Diretor. Essa lei também inova ao balizar que as áreas rurais devem ser contempladas nos planos diretores dos municípios (MESQUITA, 2018).

Do ponto de vista conceitual, Mesquita (2018) sustenta sua pesquisa em diversos autores que versam sobre o pensar rural, nos planos dos municípios, e assevera que o município é o ente que está mais próximo da realidade do território rural e que cada município tem uma realidade diferente. Portanto é ele que pode atender a essas diferentes necessidades de seus habitantes.

Mesquita e Ferreira (2017; 2017a) buscam compreender como as áreas rurais no Brasil são apresentadas nos documentos sobre planejamento municipal após o Estatuto da Cidade. Suas pesquisas indicam que as áreas rurais, mesmo após o Estatuto da Cidade, são retratadas, na maioria das vezes, como sinônimo de natureza e ambiente ou como áreas de abastecimento das cidades. Nesse sentido, o Plano Diretor é o documento que pode efetivamente contribuir para a melhoria da qualidade de vida das populações rurais, o qual deve ser construído pautado nas necessidades e carências destas populações. Destarte, tem-se que:

Embora considere esse avanço em relação ao Planejamento do Território Rural nos Planos Diretores é sempre importante lembrar, mesmo que o Estatuto da Cidade traga, em seu conteúdo, que os Planos Diretores devem incluir as áreas rurais do município, cabe-nos refletir sobre como o universo rural é inserido nas políticas municipais e como esse fator pode proporcionar melhores condições de vida para a população rural (MESQUITA; FERREIRA, 2017, p. 351).

Ainda sobre Plano Diretor, Oliveira (2011) o considera importante ferramenta de inovação no processo de gestão e planejamento municipal, visto que os planos diretores anteriores ao Estatuto da Cidade de 2001 limitavam sua abrangência ao perímetro urbano, o

que forçou os planejadores a pensarem formas de tratamento para além desse limite. Nesse sentido:

[...] pensar nestas realidades isoladamente parece inconcebível e mesmo impraticável. Não é mais possível tratar da cidade sem considerar o “campo”, os ambientes naturais, as áreas de produção primária, de reserva, de deposição de resíduos etc., em suas relações de interdependência e complementariedade com o urbano (OLIVEIRA, 2011, p. 95).

Travassos e Portes (2018) realizam uma discussão conceitual da nova ruralidade e de periurbano ao apresentar as características do rural na região metropolitana de São Paulo com o fito de refletir sobre a sua caracterização e regulação. Suas incursões indicam que, apesar dos avanços nos estudos acerca do reconhecimento da heterogeneidade do rural brasileiro, ainda não há um aprofundamento das discussões sobre a nova ruralidade nos municípios localizados em regiões metropolitanas. Assim, o rural apresenta-se de forma invisível, pois os planejamentos e as ações públicas não têm alcançado a totalidade de sua riqueza, o qual, por muitas vezes, é entendido apenas como um lugar de estoque de terras para futuros processos urbanísticos.

Na verdade, essa característica de heterogeneidade traz para o rural contemporâneo um caráter diverso e dinâmico (BERDEGUÉ, *et al.*, 2012), que fomenta, com isso, consequências no processo de planejamento, como no caso brasileiro, que, desde o início do processo de planejamento urbano, na década de 1920, trouxe modelos de outros países e com cunho paisagístico. Desse modo, a construção de planos não tem considerado as dinâmicas, complexidades e heterogeneidades destes espaços.

Na verdade, para que se compreenda o novo rural, faz-se necessário analisar as dinâmicas territoriais atuais que trazem uma diversidade de atividades e modos de vida que lhes são associados (TRAVASSOS; PORTES, 2018). Dentre as diversidades, podem ser citados alguns novos processos ligados ao novo rural, como o incremento de novos usos a atividades que não são exclusivamente produtivas/agrícolas, como uso para o esporte ou lazer; aumento no quantitativo de empregos não ligados a agricultura e crescimento populacional nessas áreas, uma vez que tem havido o deslocamento das pessoas e atividades de grandes centros urbanos para cidades menores e para espaços rurais (TRAVASSOS; PORTES, 2018).

Nessa direção, essas características apontadas por Travassos e Portes (2018) implicam em novas dinâmicas nas áreas periurbanas das metrópoles brasileiras, as quais desencadeiam conflitos socioambientais, pressões sobre o uso do solo e a falta de regulação. Enfim, o periurbano, apesar da dificuldade em conceituá-lo, apresenta-se como um território em

consolidação, instável quanto à constituição de redes sociais e caracterizado pela heterogeneidade no uso dos solos (TRAVASSOS; PORTES, 2018).

Em síntese, Travassos e Portes (2018) afirmam que o rural e o periurbano nas grandes metrópoles brasileiras são, por muitas vezes, excluídos das políticas públicas, e que esse vácuo da presença do Estado resulta na perda da relevância das atividades rurais, assim como na fragilização da proteção ambiental, uma vez que o crescimento urbano aumenta e dificulta a manutenção de serviços ecossistêmicos e a gestão de uso dos solos. Ademais, o rural não é estático e sua compreensão deve considerar as dinâmicas que configuram os territórios e as relações entre as cidades e as centralidades rurais. Com efeito, deve ser visto por meio da compreensão de sua diversidade, com base nas dinâmicas demográficas, socioprodutivas, estruturas sociais e arranjos institucionais.

Alves (2017) apresenta um estudo que avalia práticas da agricultura familiar por meio de novas ruralidades que formam uma nova paisagem física e social, formada por elementos característicos do urbano e que se associam com o rural agrícola. Nesse sentido, o rural encontra-se em transformação com o surgimento de novas ruralidades, como “territorialização de atividades econômicas não agrícolas no campo, modificações culturais e melhoramento de infraestrutura” (ALVES, 2017, p. 45), que dialogam cada vez mais com a sociedade urbana e apresenta-se cada vez mais um caráter multifacetado, o que configura o novo rural brasileiro.

Dantas (2017), ao se debruçar analiticamente sobre as chácaras localizadas na zona rural do município de Montes Claros (MG), discute o uso e a ocupação dessas terras relacionados à reforma do Plano Diretor municipal e às transformações no espaço rural do município. Suas reflexões concluem que:

- Essas chácaras são predominantemente irregulares em relação a documentação e uso da terra.
- O espaço rural tem sofrido inúmeras transformações ao longo das últimas décadas quanto ao seu uso, características, funções e valores e que hoje não pode ser visto separadamente ou de forma isolada.
- Essa mutação se dá no momento em que o rural vem se tornando objeto de desejo e consumo de classes mais abastadas da sociedade, com o uso da terra para empreendimentos de lazer.
- Em relação ao planejamento do município materializado no Plano Diretor, verifica-se que a gestão municipal não regulamentou ainda o uso das terras e não investe em fiscalização, visto que as diretrizes do Plano Diretor se encontram defasadas.

Após a Constituição de 1988 e a aprovação do Estatuto da Cidade em 2001, o processo de planejamento urbano e rural tem vivenciado profundas transformações. Além disso, os planos diretores passaram a englobar não somente as áreas urbanas, mas também os perímetros rurais. Para Lage (2017), essas transformações fazem com que a abordagem territorial dos municípios seja mais abrangente no momento em que passa a incorporar o rural, e também mais integrada em relação à questão urbana. Entretanto, ainda há no Brasil inúmeros desafios e dificuldades para a consolidação de sistemas e práticas integradas ao planejamento e gestão dos territórios, fatos que se concretizam em instrumentos de planejamento, por muitas vezes não adequados à realidade dos municípios.

Prudente (2017), com base em diferentes perspectivas dos agentes que atuam no território e nos processos de planejamento territorial, investiga as múltiplas faces e coexistências de rural e do urbano. Suas conclusões acenam que, a partir da interface rural-urbana, é possível a aplicação de um planejamento territorial no Brasil e que, apesar dessa interface rural-urbana não ser ainda reconhecida como um elemento a ser definido e aplicado nos processos e práticas de planejamento territorial, é justamente esta negação que a torna relevante e admite sua existência. No processo de planejamento territorial, deve-se olhar e reconhecer o rural como parte essencial das questões da interface rural-urbana. Conforme Prudente (2017, p. 300), o rural hoje dialoga com o urbano, no momento em que é:

[...] possível entender que não existe um rural e sim uma multiplicidade de experiências de práticas e relações sociais no espaço que incluem também as ruralidades a serem exploradas, entendidas e dialogadas com os temas urbanos, através de outras formas de caracterização do território que não são necessariamente construídas a partir do meio urbano.

Destarte, é “possível refletir sobre a interface rural-urbana enquanto um conceito que integra os aspectos rurais e urbanos no território, sem necessariamente excluir suas singularidades” (PRUDENTE, 2017, p. 300), com vistas a compreender que tais conceitos se tornem indispensáveis nas formulações de ações de Planejamento Urbano e Regional.

Zanela (2017) analisa, a partir do enfoque territorial do desenvolvimento, as dinâmicas socioeconômicas dos espaços rurais no processo de urbanização e de transformação na região metropolitana de Porto Alegre (RMPA). Seus argumentos partem do pressuposto de que há um modelo de gestão baseado em critérios técnicos (denominado paradigma de desenvolvimento territorial ideal), o qual se contrapõe, quase que em totalidade, aos modelos de gestões com viés essencialmente político. Nesse sentido, suas incursões sobre a realidade da RMPA concluem que, de fato, a “governança metropolitana na RMPA se orienta mais por um viés político do que um modelo de gestão” (ZANELA, 2017, p. 174), fato que

materializou a redução dos impactos positivos desse planejamento para a sociedade envolvida.

Zanela (2017) conclui ainda que o rural tem sido pouco incorporado em questões relacionadas ao planejamento e efetividade das ações metropolitanas, uma vez que este processo vem sendo incorporado de forma desorganizada. Ademais, há ainda uma série de desafios que devem ser enfrentados, como pressões imobiliárias, pois áreas rurais estão se transformando em áreas urbanas ao longo do tempo e através dos planos diretores os serviços públicos devem ser incorporados a estas áreas com o objetivo de contribuir para valorização imobiliária e redução dos vazios urbanos. Na verdade, como indica Villaça *et al.* (1983), diversos autores vêm discutindo sobre a formação de vazios urbanos no espaço dos municípios, assim como apontando os problemas gerados e possíveis soluções para a questão.

Dentre os desafios desse processo, podem ser citados os aspectos ambientais e de degradação do meio, pois, além disso, as áreas rurais são escassas de políticas públicas específicas de desenvolvimento dessas localidades. Desta forma, para a construção de um processo de planejamento que promova o desenvolvimento urbano e rural, Zanela (2017) indica que deve haver o desenvolvimento de novos projetos que fortaleçam e promovam parcerias público-privadas, além do envolvimento da sociedade civil neste processo.

Silva (2014), ao discutir a produção habitacional rural e suas interfaces com a cidadania, considera a existência de grandes diferenças em suas efetividades, como direito entre os espaços rurais e urbanos, entendida como noção que vai além de serviços públicos ou infraestrutura, mas de direitos humanos e sociais. Ao abordar o aspecto social do rural e do novo rural, salienta que suas diferenças devem ser levadas em consideração, nos momentos de planejamento, para que se tomem medidas que diminuam a pobreza e a falta de cidadania no espaço rural. E que essas medidas sejam pensadas de forma integrada a todo o sistema público de planejamento territorial. Aponta também que a política pública de habitação rural, como forma de inclusão social, deve ser construída a partir de um processo participativo que a incorpore ao planejamento territorial.

A defesa da participação efetiva das camadas populares, ao longo de todo o processo cíclico de políticas públicas, é pautada na constatação de que são os pobres que mais sofrem com essa situação de exclusão, em que, na verdade, no meio rural, as camadas populares são representadas em sua maioria por pequenos agricultores familiares.

No contexto das discussões que apresentam diferenças entre rural e urbano, Silva (2011) afirma que a distinção entre rural e urbano se dá também pelas relações sociais, em razão da complexa realidade brasileira e das imensidades regionais. Assim, não se pode

resumir o rural e urbano em uma visão simplista ou numérica. Atualmente, o espaço rural e o urbano apresentam-se inseparáveis, e atuam como um sistema de interrelações. Ao trazer uma discussão sobre a urbanização do campo diante de uma globalização, verifica-se um processo de integração campo-cidade indissociável, uma vez que:

[...] novas áreas rurais à cidade através do parcelamento e loteamento da terra rural, associada ao incremento de infraestrutura básica (água, luz, esgoto, comunicação, educação, saúde, serviços etc.) e à presença de atividades não-agrícolas, tidas como urbanas, conduzem à afirmação de que o campo se urbanizou (SILVA, 2011, p. 195).

No entanto, Silva (2011) entende ser uma contradição e precipitação de alguns autores, ao conferir a “urbanização do campo” associado a melhorias das estruturas e a um maior “conforto” do espaço rural. Assim, tanto as populações urbanas quanto rurais necessitam de moradia, lazer, infraestrutura e conforto, mas para afirmar que o campo se urbanizou, deve-se analisar se outros elementos de serviços e infraestruturas urbanas chegaram a estas localidades. Portanto, na concepção de Silva (2011), o novo rural compreende novas relações sociais e espaciais no contexto da ocupação da terra, na alocação e distribuição da infraestrutura do campo.

Nesse sentido, refletir conceitualmente sobre o novo rural requer sua compreensão como algo em construção e baseado nas novas relações do homem com o campo, no uso de tecnologias no processo produtivo e nas novas concepções de uso da terra, como para o lazer e o agroturismo. Enfim, o novo rural emerge dessas novas relações que têm ocorrido no espaço e na sociedade, expressadas através do contexto da ocupação e uso da terra no campo (SILVA, 2011).

Ferreira (2011) objetiva discutir e refletir sobre a complexidade do rural brasileiro, ao identificar características e tendências da Geografia Rural brasileira e das pequenas propriedades na perspectiva da agricultura familiar e da política pública, inserida no processo de produção e migração nas pequenas cidades. Suas discussões focam, dentre outras temáticas, o turismo rural como reflexo das mudanças de uso e ocupação no espaço agrícola. Os exames postos analisam as realidades agrárias brasileiras sob diversos aspectos e evidenciam a complexidade do rural e de suas espacialidades. Nas últimas décadas, o espaço rural tem sido alterado, principalmente pelo incremento de novas tecnologias no campo, assim como pela aproximação com as relações industriais, assim a relação rural e urbano vem ganhando espaço nas discussões geográficas. Além disso, entender o espaço rural nos estudos direcionados à sua análise sociológica tem sido cada vez mais abordado em pesquisas que examinam as produções das novas dinâmicas inerentes ao rural.

Por outro lado, ao expor uma revisão acerca da produção bibliográfica que analisa as transformações no espaço agrário brasileiro no século XXI, Ferreira (2011) infere que há tendências de estudo da Geografia Agrária na atualidade, como estudos que tratam sobre as políticas governamentais que subsidiam os sistemas agropecuários e o debate sobre novas políticas para o desenvolvimento do campo, direcionadas a pluriatividade, já que o campo hoje não é somente agrícola, mas detém, no seu dia a dia, atividades antes exclusivamente urbanas. No âmbito da Geografia, segundo Ferreira (2011, p. 56):

Tornam-se necessários estudos teóricos que apontem para o cenário futuro da Geografia Agrária diante da *complexidade* do espaço e das transformações que ocorrem em velocidades cada vez mais rápidas e dinâmicas, interligando vários elementos que compõem a organização espacial. Assim, neste início de século XXI, o debate está em descobrir metodologias que contemplem essa diversidade de relações e processos em uma perspectiva geográfica, mas não isolada das outras ciências.

Ainda em relação às transformações que têm ocorrido no rural, Ferreira (2011) destaca o turismo rural como uma das atividades que tem promovido profundas transformações nesse espaço. Ao fazer um levantamento da produção bibliográfica, entre 2001 e 2010, sobre o turismo rural na ótica da multifuncionalidade e pluriatividade, conclui que esses elementos são essenciais na compreensão da nova realidade vivida nesse espaço, uma vez que este não mais pode ser entendido como um espaço estritamente agrícola, mas um complexo de atividades, o que requer que as políticas públicas tenham papel relevante neste processo de transformação. Esse entendimento diferencial dos espaços agrícolas aponta para mudanças nas políticas de desenvolvimento rural, conforme evidenciado no Quadro 3.

Quadro 3 - Mudanças na política de desenvolvimento rural

Espaço rural agrícola	Espaço rural multifuncional
Centralidade agrícola em políticas públicas	Políticas públicas devem ser pensadas de forma integradora e diversificada (políticas de habitação, transporte, água, energia, comunicação, saúde, educação)
Cuidado com o meio ambiente, mas ainda ligado a produção agrícola	Preservação do meio ambiente e da cultura local
Centralização política	Descentralização política, com foco no local
Geração de renda exclusivamente da produção agrícola	Geração de renda agrícola e não agrícola (turismo e lazer)

Fonte: Adaptado de Ferreira (2011). Silva, Del Grossi e Campanhola (2002).



Assim, para Ferreira (2011), neste novo rural, o agricultor exerce também um novo papel, o de empreendedor, desempenhando cada vez mais outras atividades além daquela destinada ao agro e que, conforme Silva, Del Grossi e Campanhola (2002), dobra o quantitativo de produtores rurais que exercem atividades não agrícolas durante os anos 1990. Tais transformações conduzem a novas interações espaciais entre o rural e o urbano, as quais podem ser apreendidas a partir do conceito de lugar, entendido que sua produção e apropriação são construídos com base em elementos políticos, sociais, culturais, vivências e memórias expressas localmente.

Nesse processo, conforme Ferreira (2011), uma das faces consiste na migração interna e temporária e na construção do lugar para este migrante ao seu local de origem. O migrante é aquele que vivenciou urbanidades, e que, ao regressar a sua terra natal, traz consigo essa urbanidade, repleta de vivências e experiências recebidas das grandes cidades, e que, nesta nova adaptação, traz modificações no viver e mudanças sociais, e culturais no seu cotidiano.

Silva (2010) discute sobre dificuldades enfrentadas por pequenos e médios produtores em função de estarem na franja rural-urbana, fato que fomenta novas formas de uso e ocupação do solo no campo. Ao analisar uma pequena cidade de Pernambuco, indica que um dos desafios dos planejadores é a construção de planos que atentem para as especificidades dos locais e que estes devem buscar adequar normas e legislações às tradições e necessidades das comunidades locais. Quanto aos pequenos e médios produtores, os municípios através de políticas públicas devem visar promover e estimular a produção agrícola que é importante economicamente para o município em estudo, além disso o município deve repensar o zoneamento municipal de forma que contemple e integre estes produtores com os benefícios de uma política pública integralizada.

No que se refere às possibilidades de planejamento em áreas de transição rural-urbana, Miranda (2009) afirma que este processo de planejamento é difícil, não somente pelo histórico do uso e da ocupação dos territórios, mas porque os avanços legais ainda não estão suficientemente maduros para promover o uso sustentável destes espaços, conforme estabelecido no Estatuto da Cidade. Certamente, nos momentos em que a legislação atual for implementada na prática através dos Planos Diretores, torna-se possível uma gestão democrática de forma mais efetiva.

Entretanto, um dos grandes desafios para os planejadores consiste em dialogar com as divergências históricas entre campo e cidade, o que requer a resolução, dentre outras, dessas questões estruturais necessárias para sua consideração:

I) a produção de sistemas de informação mais adequados aos novos recortes espaciais rural-urbanos e ajustados às tendências, fenômenos e processos atuais de transformação tecnológica da reestruturação produtiva do novo rural, dentre outros;

II) a formulação, a revisão e o aperfeiçoamento dos instrumentos de regulação urbana; a adequação das normas administrativas, urbanísticas e procedimentos legais e administrativos às condições da produção social do espaço rural-urbano;

III) o aperfeiçoamento dos instrumentos de política pública existentes visando a integração e a eficácia dos instrumentos de planejamento e gestão urbano-metropolitana;

IV) a inclusão da questão rural-urbana na pauta dos atores sociais e demais agentes do desenvolvimento urbano, e o fortalecimento das questões da agenda metropolitana e das esferas públicas que tratam do tema visando promover um maior controle social das ações públicas, bem como eficiência administrativa;

V) o fortalecimento de iniciativas fomentadoras da geração de renda e da segurança alimentar das famílias em situação de vulnerabilidade social residentes nessas áreas (MIRANDA, 2009, p. 37).

Nos dias atuais, o rural passou e passa por mutações que requerem compreensões sobre os novos arranjos espaciais (re)produzidos. Na verdade, as discussões postas permitem compreendê-lo como indissociável do urbano e com uma variedade de atividades econômicas, sociais e culturais que dinamizam suas formas e conteúdos cotidianamente. Ademais, as pesquisas analisadas trouxeram à tona a concepção de desenvolvimento para além da dimensão economicista, o que aproxima, guardadas as devidas proporções, do desenvolvimento socioespacial proposto por Souza (2002).

Por fim, diversas outras pesquisas, como as de Saule Júnior (2004); Cymbalista (2006); Krambeck (2007); Mesquita e Ferreira (2017; 2017a); Mesquita (2018), cada uma a seu modo, evidenciam necessidades de repensar, nos planejamentos urbanos, a inclusão do espaço rural, que é entendido como lugar de heterogeneidades. Certamente houve, nos últimos anos, significativos avanços no planejamento urbano brasileiro, principalmente com a entrada em vigor do Estatuto da Cidade, porém os municípios que apresentam dificuldades econômicas e uma pequena estrutura administrativa apresentam as maiores dificuldades em cumprir a legislação de modo que sejam promovidas ações mais efetivas que integrem o novo rural em seus planejamentos e políticas de investimento público.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

As análises das produções e das discussões teóricas e conceituais acerca da inserção do rural no planejamento dos municípios permitiram inferir que ainda há muitos desafios para

os gestores e planejadores municipais, como também de outros níveis da administração pública. De início, entender esse novo rural, suas características e peculiaridades, em cada localidade, para que esse processo de planejamento e execução, que se materializa através do Plano Diretor, promova o desenvolvimento econômico e social do território envolvido. Além disso, há a necessidade do estabelecimento de um diálogo permanente com a sociedade, que permita a inclusão das necessidades desse rural.

As características desse novo rural são percebidas por meio de novos usos da terra, como, por exemplo, o lazer e turismo, o aumento do uso da tecnologia nas atividades produtivas, e, no dia a dia do campo, o processo de urbanização das pequenas e médias cidades que afetam diretamente o movimento, sua atividade comercial e a geração de emprego e renda, à medida que estas se tornam dependentes das atividades do campo, como o uso e consumo de insumos, equipamentos e serviços. E, ainda, a melhoria da acessibilidade às cidades, para que diminua o tempo de deslocamento e facilite o acesso, bem como novas moradias mais urbanizadas.

Diante disso, apresentam-se muitos desafios para quem elabora os planos diretores, sejam ocasionados pela frágil capacidade técnica de seus planejadores, seja pelo preconceito, seja pelo viés político, no contexto do rural ou pela difícil situação financeira da maioria dos municípios brasileiros, que devem ser superados a partir da compreensão das características do novo rural, o que o torna um espaço de heterogeneidades.

Nessa senda, estudos sobre a temática contribuem para avançar no amadurecimento das discussões sobre o novo rural, no planejamento dos municípios e no entendimento de que a sociedade é parte essencial neste processo de planejamento. Assim, as concepções do novo rural e a formulação de políticas públicas – voltadas para o desenvolvimento deste espaço, ancorado sobre o problema de pesquisa proposto de como a literatura tem discutido o rural no processo de planejamento e execução nos municípios brasileiros – indicam que, na formulação e implementação dos planos diretores como instrumento de planejamento que aproxima e diminui as diferenças históricas entre a inserção e aplicação de políticas públicas no espaço rural e urbano, ainda está em processo de amadurecimento, principalmente no que tange à aplicação prática na forma de implementar políticas públicas, projetos e planos que realmente modifiquem a realidade desse novo rural, inserindo-o no contexto do planejamento urbano de uma forma mais efetiva.

Afinal, pode-se dizer que o novo rural é uma expressão que busca demonstrar um moderno significado de uso desse espaço, em que emergem novas funcionalidades, como lazer e turismo, mas que também mantêm as formas tradicionais de uso deste como atividades

agrícolas. Ademais, o novo rural faz uso de tecnologias e é mais “próximo” e “conectado” ao urbano. Neste sentido, o processo de planejamento e o desenvolvimento de políticas públicas devem se adequar a esta nova realidade, pois não mais há como pensar em planejar o rural sem adequá-lo às novas formas de uso deste espaço. Com isso, instrumentos de aplicação de políticas públicas, tais como o planejamento e a execução de Planos Diretores, os programas de desenvolvimento do espaço rural, os programas de habitação, educação, saneamento básico e desenvolvimento econômico devem se amoldar a esta nova realidade.

## REFERÊNCIAS

ALVES, Aline Turatti. **Da terra de plantação à terra de lazer: metamorfoses do rural em Sangradouro - Araranguá/SC**. 2017. 126 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2017. Disponível em: <<http://doi.org/10.14393/ufu.di.2017.397>>. Acesso em: 1 maio 2020.

BERDEGUÉ, J. et al. 2012. “**Territorios en Movimiento. Dinámicas Territoriales Rurales en América Latina**”. Documento de Trabajo n. 110. Programa Dinámicas Territoriales Rurales. Rimisp, Santiago, Chile. Disponível em: <<https://www.rimisp.org/wp-content/uploads/2013/03/110.pdf>>. Acesso em: 1 maio 2020.

BEZERRA, J. A.; SILVA, C. N. M. Entre o rural e o urbano interiorizado. **Mercator (Fortaleza)**, v. 17, 2018. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/mercator/v17/1984-2201-mercator-17-e17019.pdf>>. Acesso em: 1 maio 2020.

BRASIL. Lei n. 10.257 de 10 de julho de 2001. Regulamenta os artigos 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências (Estatuto da Cidade). Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/leis\\_2001/110257.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110257.htm)>. Acesso em: 1 maio 2020.

BURTON, E. The compact city and social justice. Housing Studies Association Spring Conference. **Housing, Environment and Sustainability**, University of York, 2001.

CINTRÃO, L. M. G. **Os vazios urbanos na estruturação da cidade de Araraquara**. 2004. 155f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de São Paulo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, São Paulo, 2004.

CONTI, E. F.; FARIA, T. J. P.; TIMÓTEO, G. M. Os vazios urbanos versus a função social da propriedade: o papel do plano diretor da cidade de Campos dos Goytacazes. **Boletim de Geografia**, Maringá, v. 32, n. 3, p. 151-169, 2014.

CYMBALISTA, R. A trajetória recente do planejamento territorial no Brasil: apostas e pontos a observar. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n. 111, p. 29-45, jul./dez. 2006. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=4813492>>. Acesso em: 1 maio 2020.

DANTAS, L. D. M. **Chacreamentos rurais**: Contradições entre a legislação do parcelamento do solo rural e a propriedade. 2017. 85 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Social) – Universidade Estadual de Montes Claros. Montes Claros. 2017. Disponível em: <<https://www.posgraduacao.unimontes.br/uploads/sites/20/2019/05/La%C3%ADs-Diniz-Martins-Dantas.pdf>>. Acesso em: 1 maio 2020.

DEÁK, Csaba; SCHIFFER, Sueli Ramos (Org.). **O processo de urbanização no Brasil**. São Paulo: USP, 1999. p. 169- 243.

DITTMAR, A. C. C. **Paisagem e morfologia de vazios urbanos**: Análise da transformação dos espaços residuais e remanescentes urbanos ferroviários em Curitiba-PR. 2006. Dissertação (Mestrado) – Centro de Ciências Exatas e de Tecnologia, Pontifícia Universidade Católica. Curitiba, 2006.

FERREIRA, D. A. O. A Geografia agrária brasileira: dinâmica, variada e complexa. FERREIRA, Darlene Aparecida de Oliveira; FERREIRA, Enéas Rente; MAIA, Adriano Corrêa (Org.). **Estudos agrários**: a complexidade do rural contemporâneo. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011. (Coleção PROPG Digital - UNESP). ISBN 9788579832246. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/109199>>. Acesso em: 1 maio 2020.

KRAMBECK, C. **Planejamento territorial rural**: análise do processo de elaboração de planos diretores em municípios rurais, o caso de Papanduva – Santa Catarina. 2007. 188 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/90452>>. Acesso em: 1 maio 2020.

LAGE, S. D. O planejamento urbano para além da oposição urbano-rural: perspectivas e desafios para a consolidação no Brasil de sistemas e práticas integrados de planejamento territorial. **Oculum Ensaios**, v. 14, n. 1, p. 155-167, 2017. Disponível em: <<https://doi.org/10.24220/2318-0919v14n1a3389>>. Acesso em: 1 maio 2020.

MARAFON, G. J. Territorialidades, ruralidades e as relações campo-cidade / Territorialities, ruralities and country-city relationship. **CAMPO - TERRITÓRIO - REVISTA DE GEOGRAFIA AGRÁRIA**, v. 9, n. 18, 25 jun. 2014. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/26897/14607>>. Acesso em: 1 maio 2020.

MELAZZO, E. S. Problematizando o conceito de Políticas Públicas: desafios à análise e à prática do planejamento e da gestão. In: **TÓPOS**, Presidente Prudente, v. 4, n. 2, p. 9-32, 2010. Disponível em: <<http://revista.fct.unesp.br/index.php/topos/article/view/2253/2062>>. Acesso em: 1 ago. 2018.

MESQUITA, A. P. **O município e o planejamento para além do perímetro urbano**: o rural e os distritos rurais do Sul Goiano. 330 f. 2018. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geografia, Universidade Federal de Goiás, 2018. Disponível em: <<https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/21104/3/MunicipioPlanejamentoAlem.pdf>>. Acesso em: 1 maio 2020.

MESQUITA, A. P. de.; FERREIRA, W. R. O município e o planejamento do território rural no Brasil. **Revista Geográfica de América Central**, v. 1, n. 58, p. 331-355, 2017. Disponível em: <<https://doi.org/10.15359/rgac.58-1.14>>. Acesso em: 1 maio 2020.

MESQUITA, A. P.; FERREIRA, W. R. O RURAL NO PLANEJAMENTO MUNICIPAL: perspectivas e possibilidades a partir do Plano Diretor Municipal. **Revista Equador**, v. 6, n. 1, p. 20-39, 2017. Disponível em: <<https://revistas.ufpi.br/index.php/equador/article/view/5433/3595>>. Acesso em: 1 maio 2020.

MIRANDA, L. I. B. Planejamento em áreas de transição rural-urbana: velhas novidades em novos territórios. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 11, n. 1, p. 25, 2009. Disponível em: <<https://doi.org/10.22296/2317-1529.2009v11n1p25>>. Acesso em: 1 maio 2020.

OLIVEIRA, C. R. **O rural nos planos diretores pós-estatuto da cidade: o caso do Rio Grande do Sul**. 147 f. 2011. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/38847>>. Acesso em: 1 maio 2020.

PIERINI, C. R. **Análise da compacidade e da dispersão urbana de Araraquara-SP: um instrumento de diagnóstico e cartografia social do vazío urbano**. 2020. Tese (Doutorado em Engenharia Urbana) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2020. Disponível em: <<https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/12291/Tese%20Vers%c3%a3o%20Final%20Cl%c3%a1udio%20Robert%20Pierini.pdf?sequence=3&isAllowed=y>>. Acesso em: 1 jan. 2021.

PRUDENTE, L. T. **Interface rural-urbana: contribuições para o planejamento territorial no Brasil: caso do assentamento rural Marapicuna na região metropolitana do Rio de Janeiro**. 322 f. 2017. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/172092>>. Acesso em: 1 maio 2020.

ROLNIK, R.; NAKANO, K.; REIS, J.; BISCHOF, R. **Como produzir moradia bem localizada com recursos do Programa Minha Casa Minha Vida. Implementando os instrumentos do Estatuto da Cidade**. 2010. Brasília: Ministério das Cidades.

ROWLEY, A. Mixed-use development: ambiguous concept, simplistic analysis and wishful thinking? **Planning Practice and Research**, v. 11, n. 1, p. 85-97, 1996.

SALES, C. M. C. F.; RODRIGUES, R. N. Espaço rural brasileiro: diversificação e peculiaridades. **Revista Espinhaço | UFVJM**, [S.l.], p. 54-65, July 2019. ISSN 2317-0611. Disponível em: <<http://www.revistaespinhaco.com/index.php/journal/article/view/247>>. Acesso em: 16 maio 2020.

SANTOS JUNIOR, O. A.; SILVA, R. H.; SANT'ANA, M. C. Introdução. IN: SANT'ANA, M. C.; SANTOS JUNIOR, O. A.; MONTANDON, D. T. (Org.). **Os planos diretores municipais pós estatuto da cidade: balanço crítico e perspectivas**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2011. 296 p. Disponível em: <[http://bibliotecadigital.seplan.planejamento.gov.br/bitstream/handle/iditem/302/Livro\\_Os\\_planos\\_diretores\\_municipais\\_ps\\_EC\\_balano\\_critico\\_e\\_perspectivas.pdf?sequence=1&isAllowed=y](http://bibliotecadigital.seplan.planejamento.gov.br/bitstream/handle/iditem/302/Livro_Os_planos_diretores_municipais_ps_EC_balano_critico_e_perspectivas.pdf?sequence=1&isAllowed=y)>. Acesso em: 16 maio 2020.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 4. ed. São Paulo: EDUSP, 2008.

SAULE JÚNIOR, N. A competência do município para disciplinar o território rural. In: SANTORO, P.; PINHEIRO, E. (Org.). **O planejamento do município e o território rural**. São Paulo: Instituto Pólis, 2004. p. 41-52. (Cadernos Pólis, 8). Disponível em: <[https://www.researchgate.net/profile/Paula\\_Santoro/publication/319088174\\_O\\_planejamento\\_do\\_municipio\\_e\\_o\\_territorio\\_rural/links/598f88af0f7e9bf4fbd0aab2/O-planejamento-do-municipio-e-o-territorio-rural.pdf](https://www.researchgate.net/profile/Paula_Santoro/publication/319088174_O_planejamento_do_municipio_e_o_territorio_rural/links/598f88af0f7e9bf4fbd0aab2/O-planejamento-do-municipio-e-o-territorio-rural.pdf)>. Acesso em: 16 maio 2020.

SILVA, A. B. da. Dilemas dos produtores de uma área periurbana: um debate acerca da franja rural-urbana de aldeia-PE. **Revista Percurso**, v. 2, n. 2, p. 145-162, 2010. Disponível em: <<http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/Percurso/article/view/49474>>. Acesso em: 16 maio 2020.

SILVA, Cecília Milanez Graziano da. **Habitação rural**: uma luta por cidadania. 2014. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, University of São Paulo, São Paulo, 2014. doi:10.11606/D.16.2014.tde-25072014-091102. Disponível em: <[https://teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16139/tde-25072014-091102/publico/ME\\_CECILIA\\_GRAZIANO.pdf](https://teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16139/tde-25072014-091102/publico/ME_CECILIA_GRAZIANO.pdf)>. Acesso em: 1 maio 2020.

SILVA, J. G. da. O novo rural brasileiro. **Revista Nova Economia**, Belo Horizonte, v. 7, n. 2, p. 43-81, 1997. Disponível em: <<https://revistas.face.ufmg.br/index.php/novaeconomia/article/view/2253/1193>>. Acesso em: 16 maio 2020.

SILVA, J. G. da.; DEL GROSSI, M.; CAMPANHOLA, C. O que há de realmente novo no rural brasileiro. **Cadernos de Ciência e Tecnologia** (Brasília: Embrapa), v. 19, n.1. p.37 - 67, jan. abr. 2002. Disponível em: <<http://seer.sct.embrapa.br/index.php/cct/article/view/8795/4938>>. Acesso em: 1 maio 2020.

SILVA, M. N. S. da. O RURAL E O URBANO: quantas questões! **Caminhos de Geografia**, v. 12, n. 39. 2011.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Mudar a cidade**: uma introdução crítica ao planejamento e gestão urbanos. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

TRAVASSOS, L.; FERREIRA, R. C. O Periurbano e o Rural Metropolitanos: desafios para a elaboração do Plano Diretor Regional do Grande ABC. In: **III Congresso Internacional de Gestão Territorial para o Desenvolvimento Rural-Mudanças Globais e Locais - implicações para as dinâmicas de desenvolvimento territorial**. 2016. Disponível em: <[https://www.researchgate.net/profile/Luciana\\_Travassos/publication/318930423\\_O\\_PERIURBANO\\_E\\_O\\_RURAL\\_METROPOLITANOS\\_DESAFIOS\\_PARA\\_A\\_ELABORACAO\\_D\\_O\\_PLANO\\_DIRETOR\\_REGIONAL\\_DO\\_GRANDE\\_ABC/links/59864bf5aca27266ad9f723e/O-PERIURBANO-E-O-RURAL-METROPOLITANOS-DESAFIOS-PARA-A-ELABORACAO-DO-PLANO-DIRETOR-REGIONAL-DO-GRANDE-ABC.pdf](https://www.researchgate.net/profile/Luciana_Travassos/publication/318930423_O_PERIURBANO_E_O_RURAL_METROPOLITANOS_DESAFIOS_PARA_A_ELABORACAO_D_O_PLANO_DIRETOR_REGIONAL_DO_GRANDE_ABC/links/59864bf5aca27266ad9f723e/O-PERIURBANO-E-O-RURAL-METROPOLITANOS-DESAFIOS-PARA-A-ELABORACAO-DO-PLANO-DIRETOR-REGIONAL-DO-GRANDE-ABC.pdf)>. Acesso em: 1 maio 2020.

TRAVASSOS, Luciana; PORTES, Bruno. Rural metropolitano: caracterização e regulação na região metropolitana de São Paulo (Brasil). **GOT**, Porto, n. 14, p. 359-380, set.2018. Disponível em <[http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S2182-](http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2182-)

12672018000200016&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 16 maio 2020.  
<http://dx.doi.org/10.17127/got/2018.14.015>.

VILLAÇA, Flávio. Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil. In: VILLAÇA, F. **Análise do parcelamento, da edificação e da utilização compulsórios**. In: BRUNA, G. C. (Org.). **Análise do parcelamento, da edificação e da utilização compulsórios: análise do direito de preempção; análise do direito de superfície**. São Paulo: Fundação para a Pesquisa Ambiental; Faculdade de Arquitetura e Urbanismo USP, 1983.

ZANELA, E. B. **A relação entre o rural e o urbano na região metropolitana de Porto Alegre**: um estudo com ênfase na abordagem territorial. 258 f. 2017. Tese (Doutorado em Economia do Desenvolvimento) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PCURS, Porto Alegre, 2017. Disponível em: <[http://tede2.pucrs.br/tede2/bitstream/tede/7683/2/TES\\_ELISANGELA\\_BRIAO\\_ZANELA\\_COMPLETO.pdf](http://tede2.pucrs.br/tede2/bitstream/tede/7683/2/TES_ELISANGELA_BRIAO_ZANELA_COMPLETO.pdf)>. Acesso em: 1 maio 2020.